

BRASÍLIA: A NOVA CAPITAL DO BRASIL  
ALGUNS CONTRA MUITOS A FAVOR  
TODOS BENEFICIADOS!


FUNDAÇÃO CASA POPULAR  
PROGRAMA HABITACIONAL  
JUSCELINO KUBITSCHEK  
5

# A Nova Capital da República: Planaltina, um novo distrito federal

Renata Geraissati  
Castro de Almeida  
Arte: Eduardo Grigaitis



Diretora: Adriana Rizkallah



**A**o longo dos séculos XIX e XX, diversos países buscaram materializar seus projetos de modernidade por meio da criação de cidades planejadas.

Esses empreendimentos urbanísticos eram concebidos como expressões simbólicas de progresso, ordem e racionalidade, capazes de traduzir no espaço urbano os ideais políticos e científicos de sua época. Nesse contexto, cidades inteiramente novas ou profundamente redesenhadas foram concebidas como vitrines de um futuro moderno, muitas vezes associadas a processos de construção nacional, desenvolvimento econômico ou afirmação política.

Esses projetos dialogavam com debates internacionais do urbanismo, influenciados por teorias como as de Ebenezer Howard, com o modelo das cidades-jardim, e pelas propostas modernistas difundidas por arquitetos como Le Corbusier, que defendiam a organização funcional da cidade, a separação de usos e a valorização da circulação e da luz.

Ao mesmo tempo, tais experiências revelavam as tensões entre planejamento idealizado e vida urbana real, já que muitas dessas cidades foram pensadas desconsiderando dinâmicas sociais pré-existentes.

Assim, as cidades planejadas do período foram, além de intervenções urbanísticas, projetos políticos e simbólicos que buscavam expressar as aspirações de modernidade de seus países.

- 1 PRAÇA DAS VITÓRIAS
- 2 ESPLANADA DOS FUMOS
- 3 CATEDRAL
- 4 SETOR CULTURAL
- 5 CENTRO DE OPERAÇÕES
- 6 SETOR DE BANCOS E ESCANFOS
- 7 SETOR COMERCIAL
- 8 HOTEIS
- 9 BASE DE MÓDULO SÓCIO-EDUCATIVO
- 10 SETOR ESPORTIVO
- 11 PRAÇA HUMANO BELL
- 12 QUARTIS
- 13 EDIFÍCIO RESIDENCIAL
- 14 ADMINISTRAÇÃO E INDUSTRIAIS
- 15 ZONA UNIVERSITÁRIA
- 16 SETOR DE BANCOS E ESCANFOS
- 17 SETOR RESIDENCIAL
- 18 CASAS INDIVIDUAIS
- 19 INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS E RECREIO
- 20 JARDIM BOTÂNICO
- 21 ZONA DE SERVIÇOS
- 22 ZONA DE SERVIÇOS
- 23 ZONA DE SERVIÇOS
- 24 ZONA DE SERVIÇOS
- 25 ZONA DE SERVIÇOS
- 26 ZONA DE SERVIÇOS
- 27 ZONA DE SERVIÇOS
- 28 ZONA DE SERVIÇOS
- 29 ZONA DE SERVIÇOS
- 30 ZONA DE SERVIÇOS
- 31 ZONA DE SERVIÇOS
- 32 ZONA DE SERVIÇOS
- 33 ZONA DE SERVIÇOS
- 34 ZONA DE SERVIÇOS
- 35 ZONA DE SERVIÇOS
- 36 ZONA DE SERVIÇOS
- 37 ZONA DE SERVIÇOS
- 38 ZONA DE SERVIÇOS
- 39 ZONA DE SERVIÇOS
- 40 ZONA DE SERVIÇOS

P.P.B.

Muito antes da construção de Brasília no século XX, a ideia de uma capital interiorizada já mobilizava intelectuais, políticos e cientistas, sendo progressivamente incorporada aos projetos de organização territorial do Estado brasileiro.

Já em 1823, logo após a Independência, o ministro e deputado José Bonifácio de Andrada e Silva propôs à Assembleia Constituinte, na sessão de junho daquele ano, a interiorização da capital.

A proposta de edificação de uma nova cidade destinada a abrigar a corte e os demais poderes políticos estava associada, em primeiro lugar, a preocupações de segurança nacional, pois, situada no "sertão", a capital estaria menos vulnerável a ataques surpresa de inimigos externos.

Além disso, a transferência contribuiria para a ocupação do interior do território e para a absorção de populações sem emprego nas áreas marítimas.

Segundo o projeto, a nova capital também facilitaria a intercomunicação entre as diferentes províncias do Império, pois estaria situada em posição relativamente equidistante de seus limites, estimulando a abertura de estradas que conectassem cidades e regiões e favorecendo o incremento do comércio interno.

Como possível local para sua implantação, José Bonifácio de Andrada e Silva sugeriu a comarca de Paracatu, região que possuía comunicação fluvial com diversas províncias.

A nova capital poderia receber o nome de Petrópolis, em homenagem a Pedro I, ou Brasília, denominação que mais tarde seria consagrada (ANDRADA e SILVA, 1823).

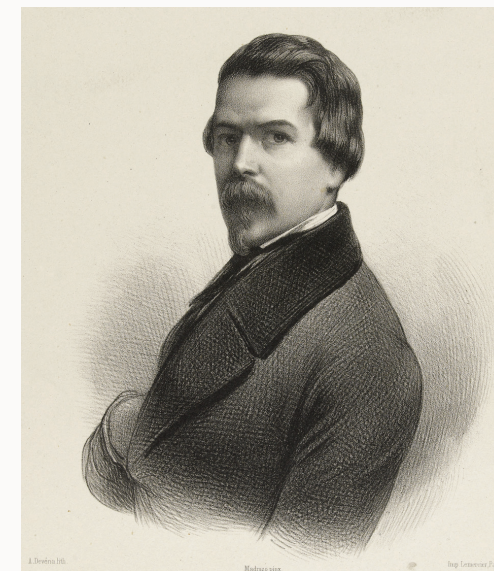
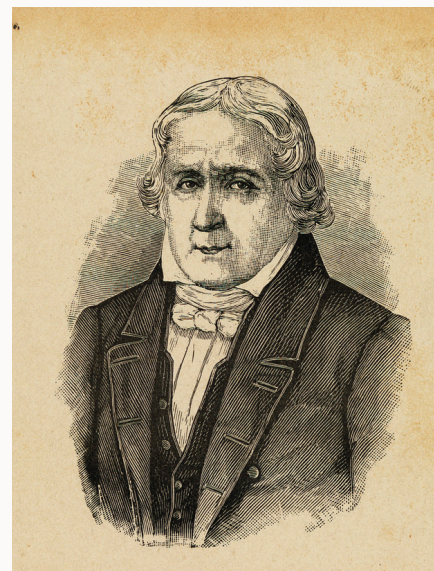
Um dos maiores defensores da mudança da localização da capital foi Francisco Adolfo de Varnhagen. Em seu "Memorial Orgânico: que à consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império apresenta um brasileiro", publicado em 1849, o diplomata e historiador propõe uma extensa reflexão sobre a transferência da capital.

Para Varnhagen, o Brasil padecia de graves problemas de organização territorial e também administrativa.

que existissem nas secretarias de estado e mesa do desembargo do paço a respeito da mencionada provincia.

O SR. SECRETARIO FRANÇA deu conta de uma memoria offerecida á assembléa pelo Sr. Andrada e Silva sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brazil uma nova capital para assento da côrte, da assembléa legislativa, e dos tribunaes superiores. Foi recebida com agrado; e remettida á commissão de estatistica, e depois á de constituição para apresentarem o seu parecer.

O SR. RODRIGUES DE CARVALHO:—Srs. requeiro a attenção desta augusta assembléa sobre o que te-



*O secretário da Constituinte de 1823 acusa o recebimento de estudo de José Bonifácio propondo a mudança da capital do Rio de Janeiro para o centro do Brasil. Ideia defendida também por Francisco Adolfo de Varnhagen (à direita).*

# MEMORIAL ORGANICO.

## CAPITULO PRIMERO.

### ALGUNS ENUNCIADOS.

O Brasil é uma nação\* cujas raias com as vizinhas estão por assignar; um imperio cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo systema de communicações internas, se o ha, não é filho de um plano combinado; um territorio em fim cuja subdivisão em provincias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedente ainda no fundo (na beiramar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, ha mais de tres seculos, pelos reis portuguezes. Ainda mais: assim como não ha plano de communicações internas que fomentem o commercio e a agricultura, também não consta havel-o de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples occupação desde já de certos pontos decididamente estrategicos que apresenta a inspecção do seu territorio, qualquer futura tentativa inimiga.

E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de agua no caudaloso Amazonas. Mas peor é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos indios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciaes, e temos pouquissimos (infelizmente) colonos europeos.

No capitulo immediato procuraremos justificar a verdade destas seis proposições tão duras de proferir. A procedermos por outra forma, contra as nossas profundas convicções, haveria nisso adulação; e se esta para com os outros é baixaza, para com a patria é um crime.

Acabemos pois com as adulações, que ellas, longe de fomentar o patriotismo, occasionam a incuria e o desleixo. Se acaso censurais ou lamentais este ou aquelle vicio na administração, este ou aquelle cancro consumidor do país, nunca faltará uma voz que vos diga: «Ora! o país é grande: temos muitos recursos: no futuro seremos e aconteceremos etc.»—Desgraçados! E que havemos de ser, se não fomos de nossa parte os meios?—Quereis natureza tão fecunda como a nossa?—Ahi tendes toda a Guiné, ahi tendes a maior parte da Asia.... E que valem esses países? Nada, quando seus habitantes nada para isso concorrem. Por ventura a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma na época do descobrimento?—E que era o Bra-

\* Adoptamos estas terminações em *am* por não haver na typographia franceza ao com til.

(N. do Editor.)

Em suas palavras, tratava-se de “um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território, enfim, cuja subdivisão em provincias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas”, realidade que, segundo ele, ainda refletia uma herança portuguesa de mais de trezentos anos, “procedente ainda, no fundo (na beira-mar ao menos), das primeiras doações arbitrárias feitas”.

O autor prossegue afirmando que, assim como inexistia um plano articulado de comunicações internas capaz de estimular o comércio e a agricultura, tampouco havia um projeto consistente de defesa do país.

Segundo ele, seria necessário prevenir, “pela simples occupação desde já de certos pontos decididamente estrategicos que apresenta a inspecção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga”.

Varnhagen ressaltou também que mesmo as potências marítimas europeias não tinham suas capitais junto do mar, para garantir maior segurança estratégica.

Além de Londres e Paris, capitais mais antigas, o autor destacou também São Petersburgo e Berlim, mais recentes.

Era imperativo mudar a capital, porém reforçava que quem propusesse tais questões era considerado “utopista, ou visionário” (p.113)

Sobre a posição geográfica da nova capital, Varnhagen defendia que a cidade deveria situar-se a igual distância de cinco pontos estratégicos do território: Rio de Janeiro, Bahia, cidade de Oeiras (Piauí), Cuiabá e Curitiba.

Segundo Helmut Andrä, já contando então 61 anos de idade, Francisco Adolfo de Varnhagen obteve uma licença prolongada e, abandonando “o conforto de sua residência de embaixador do Brasil em Viena”, lançou-se voluntariamente em uma viagem de exploração pelo interior do país, com o objetivo de verificar pessoalmente as vantagens da instalação da nova capital no interior do território brasileiro.

Treze anos após sua morte, os esforços de Francisco Adolfo de Varnhagen foram, em certa medida, materializados na primeira Constituição republicana.

*O "Memorial Organico" de Varnhagen foi um importante ensaio sobre os benefícios de se afastar a capital do império da faixa litorânea.*

Promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a Constituição estabeleceu as bases legais para a futura transferência da capital para o interior do país. Em seus artigos 2º e 3º, o texto constitucional determinava que:

*Art. 2º Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.*

*Art. 3º Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.*

*Parágrafo único. Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.*

Com essa determinação constitucional, institucionalizava-se, no âmbito jurídico e político da nova República, a antiga ideia de interiorização da capital, concebida ainda no período imperial como estratégia de integração territorial, defesa e reorganização administrativa do país.

Em 1892, durante o governo republicano de Floriano Peixoto, foi nomeada uma comissão científica encarregada de explorar o Planalto Central e indicar a área destinada à futura sede do Distrito Federal.

A chamada Comissão Exploradora do Planalto Central era composta por 21 pesquisadores — entre geólogos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros e médicos — e foi chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Luiz Cruls.

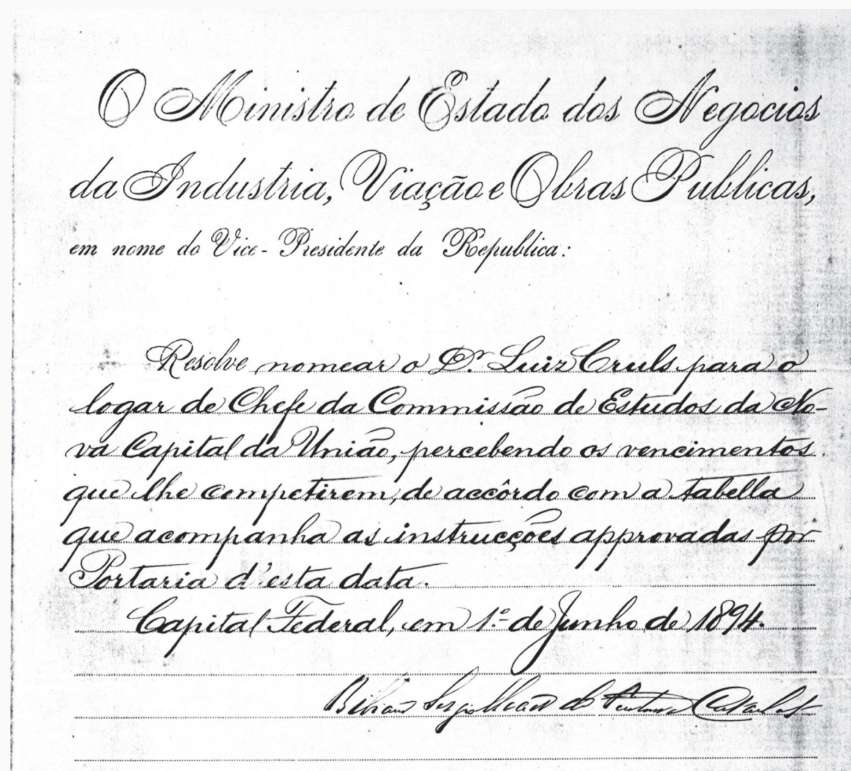
Durante a expedição, os membros da comissão realizaram um amplo levantamento da região, mapeando aspectos climáticos e topográficos, além de estudar a fauna, a flora, os cursos dos rios e o modo de vida das populações locais.

Segundo Audra, foi “graças ao trabalho do Dr. Cruls e dos seus cooperadores ficou definitivamente fixada a região escolhida por Francisco

Adolfo de Varnhagen, (...) para que nela se localizasse o novo Distrito Federal” (p.147).

Em virtude das comemorações do Centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa assinou, no início de 1922, o Decreto Legislativo nº 4.494, datado de 18 de janeiro daquele ano, que determinava a edificação da Pedra Fundamental da futura capital no chamado Quadrilátero Cruls, área anteriormente delimitada para sediar o novo Distrito Federal.

*A “Comissão Cruls” determinou o local de instalação da pedra fundamental da nova capital federal.*



Em sua dissertação de mestrado, Jeferson Cristiano Tavares observa que, embora estivessem à margem do processo oficial conduzido pelo governo federal, as iniciativas imobiliárias foram as primeiras a tentar ocupar de forma concreta a área demarcada para a futura capital.

Segundo o autor, a colocação da Pedra Fundamental, em 1922, contribuiu para alimentar expectativas quanto à transferência da capital, estimulando um processo de exploração privada das terras da região que se estenderia por cerca de três décadas.

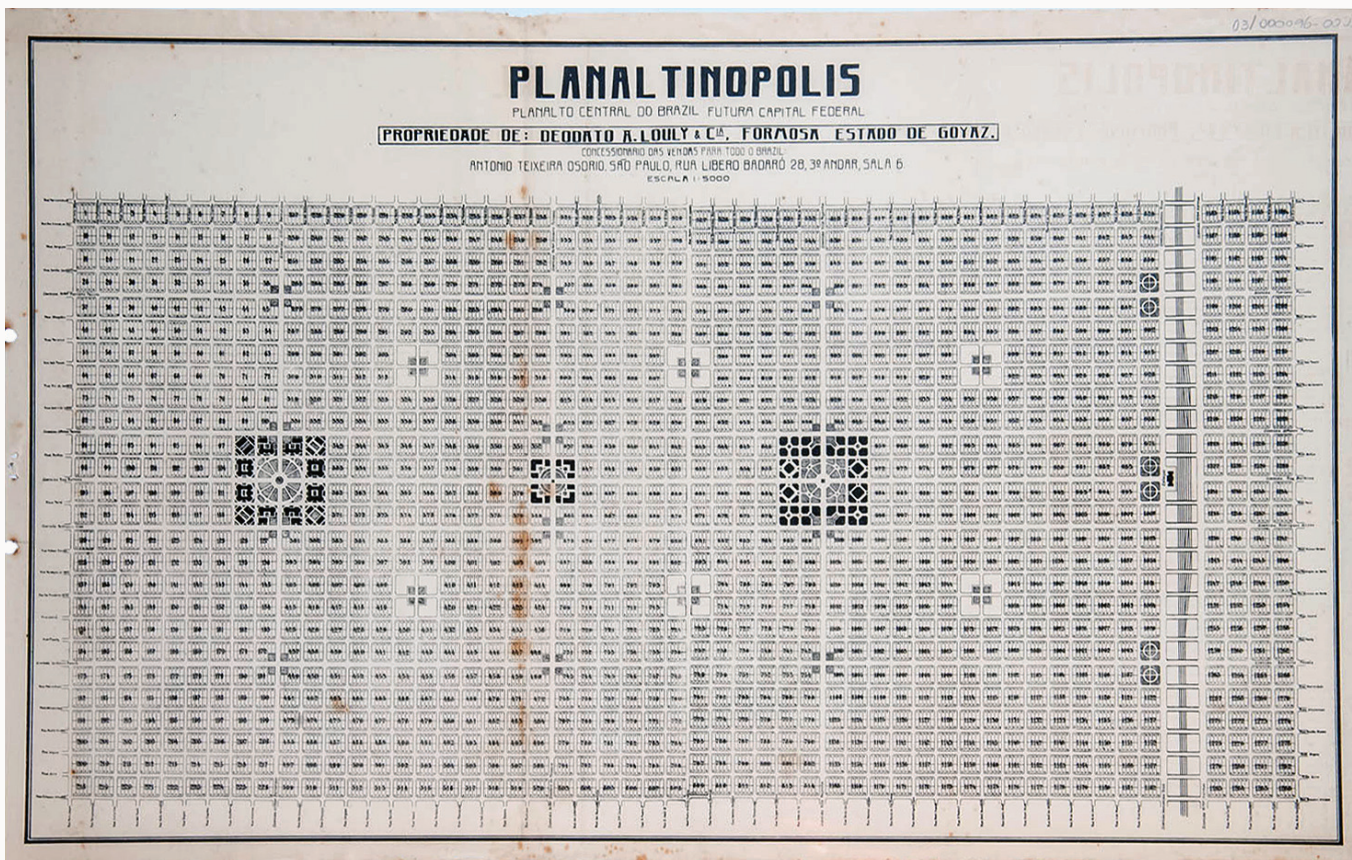
Ainda de acordo com o autor, proprietários locais apressaram-se em vender lotes a compradores provenientes principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo (2006,p. 81), estimulando a formação de um mercado fundiário associado à expectativa da futura capital.

A cidade de Planaltina, povoado surgido inicialmente ligado ao Sítio do Mestre d'Armas, habitado desde 1812, teve neste novo contexto, o primeiro traçado urbanístico elaborado por agentes imobiliários, e registrado em cartório, em 1927.

A iniciativa foi seguida por outras propostas de loteamento e urbanização, como Planaltópolis e Planaltinópolis, todas projetadas na área da Fazenda Bananal.

Foi nesse contexto de expectativas em torno da futura transferência da capital, que surgiram diversas iniciativas privadas voltadas à ocupação antecipada da região.

O Planalto central, até então distante dos centros urbanos do país, experimentaria uma sucessão de empreendimentos.



Acervo Casa da Boia

Arquivo Público do Distrito Federal

## Garanta seu lote na Nova Capital

*Comprando*

# OBRIGAÇÃO BRASÍLIA

*Garantida pelo Governo Federal*  
Decreto 41.189 de 23.3.57



- \* EMISSÃO GARANTIDA PELO GOVERNO FEDERAL.
- \* 10% DE ÁGIO NA COMPRA DO SEU LOTE, ALÉM DOS JUROS DE 8% AO ANO.
- \* PREFERÊNCIA NA ESCOLHA DO SEU LOTE.

**BRASÍLIA**  
CIA. ORGANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
Rio de Janeiro

Para compra ou informação dirija-se aos Bancos autorizados ou aos Corretores Oficiais



Arquivo Público do DF.

A correspondência custodiada pelo Acervo Casa da Boia revela como a expectativa da construção da nova capital já mobilizava estratégias de especulação fundiária e campanhas de atração de compradores, difundindo a ideia de um futuro Distrito Federal no Planalto Central muito antes da efetiva decisão política que levaria à construção de Brasília.

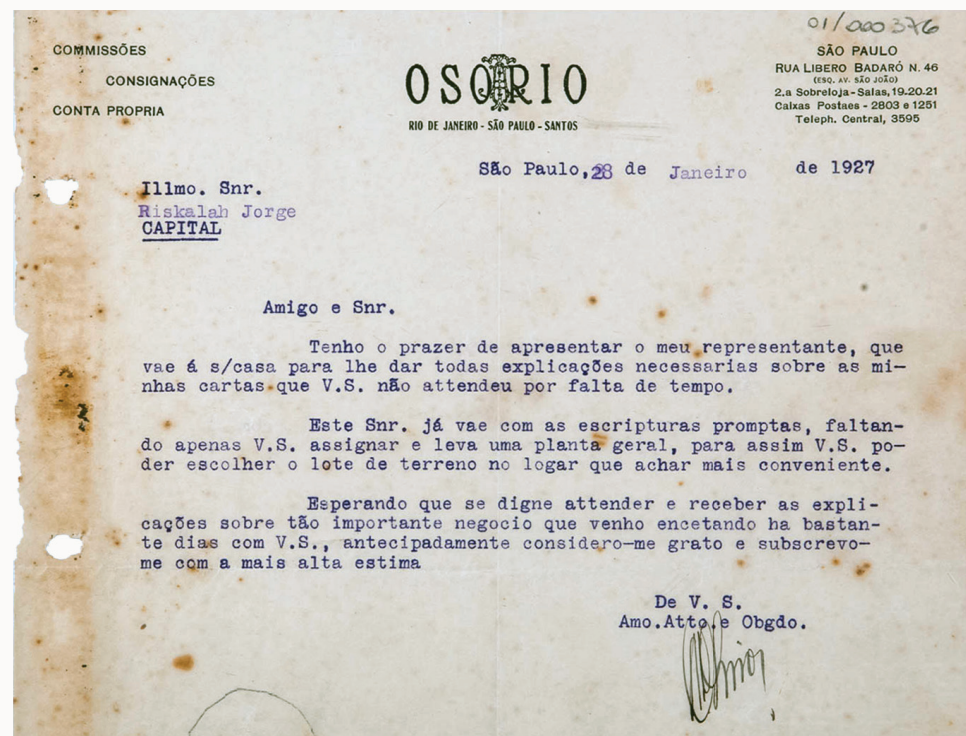
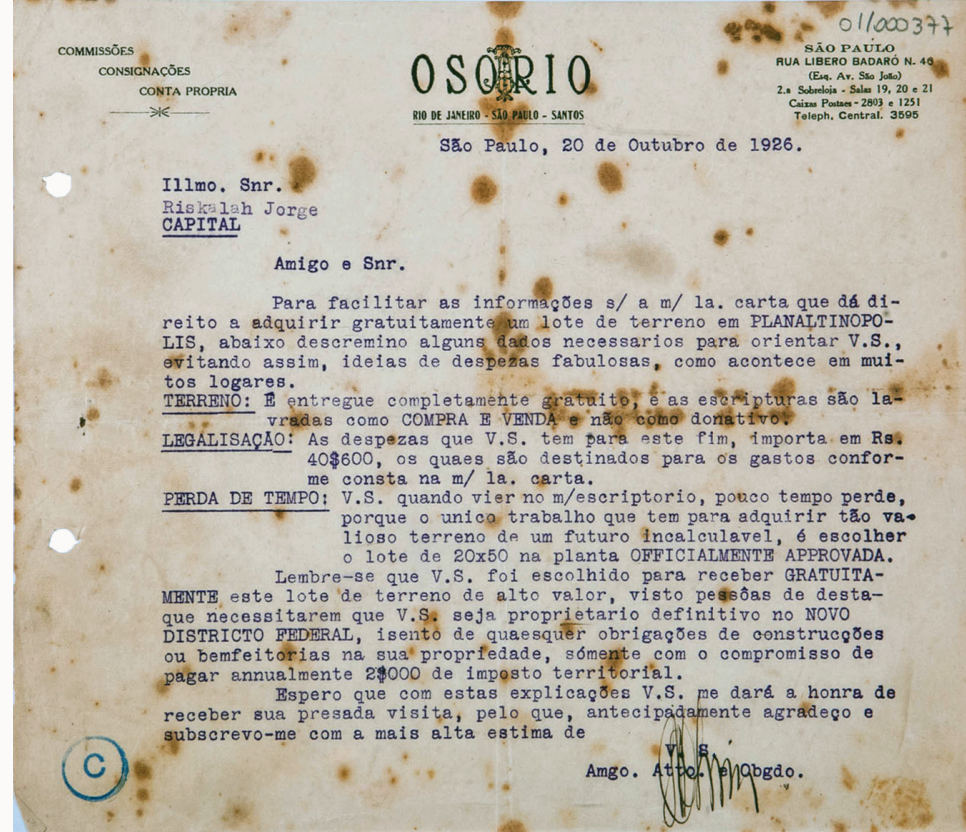
Em 20 de outubro de 1926, Rizkallah Jorge Tahan recebeu uma carta da Agência de Terras Osório, que mantinha escritórios na Rua Líbero Badaró, em São Paulo, além de filiais no Rio de Janeiro e em Santos.

Na correspondência, a empresa informava que o destinatário possuía o direito de adquirir gratuitamente um lote de 20 x 50 metros em Planaltinópolis, devendo apenas arcar com as despesas de legalização do terreno, no valor de 40\$600.

O lote seria concedido sem qualquer obrigação de construção ou realização de benfeitorias, havendo apenas o compromisso de pagamento anual de 2\$000 de imposto territorial.

Poucas semanas depois, em 4 de novembro de 1926, uma nova carta foi enviada ao imigrante sírio, ressaltando que, apesar das insistentes tentativas de contato, ele ainda não havia comparecido ao escritório da companhia para reclamar seu vale-selado, documento que lhe garantiria o direito à aquisição gratuita do lote em Planaltinópolis.

*Os representantes do loteamento Planaltinópolis. Agência de Terras Osório, mostram tamanha insistência para que Rizkallah Jorge desse atenção ao assunto, que, após várias correspondências, enviou uma pessoa à residência do empresário com a "escritura já pronta". Deu certo. Rizkallah Jorge aceitou a posse de dois terrenos no loteamento.*



ESCRITURA DEFINITIVA de 1 (um) lote de terreno no lugar denominado PLANALTINOPOLIS, COMARCA DE FORMOSA, MUNICIPIO DE PLANALTINA, ESTADO DE GOYAZ, NO QUADRANTE DO NOVO DISTRITO FEDERAL.

Pela presente escriptura particular de compra e venda, Deodato do Amaral Louly e sua mulher Da. Minervina de Sousa Louly, proprietarios e commerciantes domiciliados em Formosa (Estado de Goyaz), representados neste acto pelo Snr. Carlos Winkelmann, procurador geral dos mesmos, para a venda de terrenos em PLANALTINOPOLIS, com escriptorio á Rua Libero Badaró 46, salas 20 e 21, na cidade e Capital de São Paulo, e o Snr. Rizkallah

Yorge residente em Paulo Estado de Paulo pelo presente instrumento contractam a venda e a compra de 1 (um) lote de terreno sob o nº 1 um da quadra 415 Quatrocentos e quinze em PLANALTINOPOLIS, Comarca de Formosa, Municipio de Planaltina, Estado de Goyaz, no Quadrante do Districto Federal, proximo á PEDRA FUNDAMENTAL DA NOVA CAPITAL FEDERAL, plantada em cumprimento do dispositivo do Decreto nº 4494 de 18 de Janeiro de 1922, lote este, que consta da respectiva planta assignada pelos vendedores, cuja copia, se acha archivada no cartorio do 12º Tabelliconato (Theodomiro Falleiros), desta Capital de São Paulo e OFFICIALMENTE APPROVADA PELAS COMPETENTES AUCTORIDADES. O terreno objecto da presente venda tem 20 (vinte) metros de frente e desta aos fundos 50 (cincoenta) metros ou seja uma area superficial de 1.000 (mil) metros quadrados, confrontando pela frente com rua projectada Rio Grande do Norte e pelos lados e fundo com quem de direito, terreno esse de propriedade exclusiva do primeiro casal e que estes vendem como de facto vendido têm ao Snr. Rizkallah

Yorge pelo preço certo e ajustado de 10\$000 (dez mil reis) que do mesmo receberam neste acto, em moeda corrente do paiz, pelo que lhe dão plena e geral quitação e ao mesmo transmitem toda a posse, direito, dominio e acção que exerciam sobre o terreno descripto, para que do mesmo use, goze e disponha como seu que fica sendo de hoje em diante, obrigando-se elles vendedores a responder pela evicção de direito. E por se acharem assim justos e contractados, outorgam e assignam o presente em duplicata, para um só effeito, na presença de duas testemunhas abaixo.



São Paulo, 11 de Jan de 1922  
p. p. Deodato do Amaral Louly e sua mulher Da. Minervina de Souza Louly



COMP. \_\_\_\_\_  
TEST. [Signature]  
TEST. [Signature]

Reconheço a firma supra  
de Carlos Winkelmann  
S. Paulo, 11 de Janeiro de 1922  
Em teste [Signature] da verdade  
Theodomiro Falleiros  
12º Tabelião

A localidade era apresentada pela empresa como o "Novo Distrito Federal", onde seria erigida a nova capital da República durante o governo de Washington Luís (1926-1930). O autor da missiva insistia para que Rizkallah consultasse as cartas anteriormente enviadas, nas quais estavam detalhados os compromissos mútuos relacionados à aquisição do terreno, ressaltando ainda que a "maior parte das pessoas escolhidas pelos interessados já vieram legalizar seus terrenos".

Em outra correspondência, datada de 28 de janeiro de 1927, a companhia informava que um representante da Agência de Terras Osório visitaria pessoalmente a residência de Rizkallah Jorge Tahan para fornecer as explicações necessárias sobre a aquisição do lote.

Segundo a carta, o agente já estaria de posse das escrituras prontas, sendo necessária apenas a assinatura do comprador e a escolha do lote considerado mais conveniente na planta geral do empreendimento.

No dia seguinte, o representante apresentou as escrituras a Rizkallah Jorge Tahan, que adquiriu os lotes nº 1 e nº 2 da quadra 415. Conforme registrado no documento, Deodato do Amaral Louly e sua esposa, dona Minervina de Sousa Louly, identificados como proprietários e comerciantes domiciliados em Formosa, no estado de Goiás, vendiam terras localizadas em Planaltinópolis, comarca de Formosa, município de Planaltina, "no quadrante do Distrito Federal, próximo à Pedra Fundamental da nova capital federal".

A escritura descreve a aquisição de um terreno com cerca de dois mil metros quadrados, situado na Rua Rio Grande do Norte, integrante do traçado urbano projetado para o empreendimento imobiliário.

Escritura de um dos terrenos ofertados a Rizkallah Jorge, como estratégia para ocupação da área no entorno da "pedra fundamental" da nova Capital.

Acervo Casa da Boia

No mesmo contexto de promoção da região, em 7 de outubro de 1927, por meio da Lei nº 115, a prefeitura municipal criou a Seção de Propaganda do Planalto Central de Goiás.

À época, o intendente — cargo equivalente ao de prefeito — era o próprio Deodato do Amaral Louly. A iniciativa foi regulamentada em 23 de janeiro de 1928 e posteriormente estruturada pela Lei nº 120, de 7 de março de 1928, tendo como objetivo explícito “incentivar a mudança da Capital Federal”.

Planaltinópolis teve como base territorial as fazendas Monjolo, Bom Sucesso e Lambari. Parte dessas propriedades acabou se tornando objeto de disputas fundiárias e jurídicas.

A comercialização dos lotes, promovida nas décadas anteriores à construção da nova capital, trouxe diversos problemas para os compradores, uma vez que a desapropriação das terras rurais realizada pelo governo federal para a construção de Brasília acabou abrangendo também os loteamentos e pequenas chácaras formados na região.

Assim, áreas que haviam sido previamente parceladas e comercializadas como parte de projetos imobiliários privados foram posteriormente incorporadas ao território destinado à implantação da capital, sendo hoje ocupadas por edifícios públicos e estruturas administrativas que compõem o território da capital federal.

Em 21 de julho de 1948, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística aprovou a Resolução n.º 388, na qual eram apresentados votos e sugestões acerca da transferência da capital da República para o Planalto Central do Brasil. O documento retomava argumentos já presentes na esfera política desde o século XIX, mas os reinterpretava à luz das transformações demográficas e econômicas do país na primeira metade do século XX.

Segundo a resolução, o Brasil enfrentava um crescente deslocamento das populações rurais em direção à estreita faixa litorânea e às grandes metrópoles, fenômeno que poderia gerar profundo desequilíbrio entre as unidades da federação.



*Visitas da cidade de Planaltina, por volta da década de 1920. O local seria alvo de grande especulação imobiliária nos anos seguintes.*

Nesse sentido, advertia-se para o risco de um progressivo abandono do interior do país, região considerada estratégica em função de sua “potencialidade econômica”, ao mesmo tempo em que se intensificava um adensamento demográfico desordenado nas grandes cidades, onde problemas de trabalho, habitação, saúde, transporte e abastecimento já desafiavam a ação governamental.

Diante desse quadro, a transferência da ca-

pital era apresentada como um instrumento capaz de “provocar as mudanças de rumos que a vida nacional reclamava”, permitindo reorientar a mobilidade demográfica no sentido da integração nacional e da ocupação equilibrada do território.

Situada no interior do país, a nova capital poderia exercer de forma mais eficaz sua função de coordenação política e administrativa sobre o conjunto da nação, irradiando seus efeitos so-

bre a ampla região central e influenciando progressivamente as demais regiões do território do Brasil.

A resolução também ressaltava que a localização da capital deveria assegurar condições adequadas de segurança e proteção, além de manter relativa equidistância em relação aos extremos do território nacional, garantindo, assim, maior eficácia à presença do Estado no espaço geográfico brasileiro.



O Conselho Nacional de Estatística congratulava o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, pela iniciativa de formação da Comissão de Estudos da Localização da Capital da República.

Essas discussões, intensificadas ao longo da década de 1940, contribuíram para recolocar de forma definitiva na agenda política nacional o projeto de transferência da capital para o interior do país.

Poucos anos depois, a proposta ganharia novo impulso no contexto desenvolvimentista da década de 1950, sendo finalmente concretizada durante o governo de Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília no Planalto Central.

Assim, a inauguração da nova capital, em 1960, representaria a materialização de um projeto político e territorial discutido ao longo de mais de um século.

Os documentos preservados no acervo da Casa da Boia revelam como a expectativa em torno da transferência da capital mobilizava estratégias de propaganda e especulação fundiária décadas antes da construção de Brasília.

Antes da decisão que resultou na criação da nova capital federal, projetos imobiliários, campanhas de venda de lotes e iniciativas locais buscavam antecipar a ocupação do território do Planalto Central, demonstrando como a ideia de uma capital no interior do país já circulava amplamente no imaginário social e econômico brasileiro.

Episódios aparentemente pontuais, como a venda de lotes em Planaltinópolis, revelam como grandes projetos territoriais também se desdobram em práticas locais de investimento, especulação e expectativa social.



## Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil pelo deputado França, lida na sessão de 9 de junho de 1823, mas não transcrita nos Anais. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Bonifacio-1823-capital-interior.shtml>  
Acesso em: 19 mar. 2026.

AUDRA, Helmut. Varnhagen e a ideia da mudança da capital brasileira. Revista de História, São Paulo, v. 39, n. 79, p. 139–154, 1969. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128821>  
Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128821>  
Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia. Resolução AG/CNE nº 388, de 21 de julho de 1948. Exprime votos e sugestões do Conselho a propósito da transferência da capital da República para o Planalto Central do Brasil.

TAVARES, Jeferson Cristiano. Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. 2004. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-23092008-111353>  
Acesso em: 19 mar. 2026.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2016.

*Planalto central do Brasil. Década de 1950.*

*No local seria erguida a cidade de Brasília,  
capital federal do país.*

**CASA DA BOIA**  
METAIS E HIDRÁULICA  
DESDE 1898

*Diretor: Mario Rizkallah  
março, 2026*